

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.341.613 - SP (2018/0199069-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **FEDERAL EXPRESS CORPORATION**
ADVOGADOS : **ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES - SP131600**
VENTURA ALONSO PIRES - SP132321
FABIANA MARIA TEIXEIRA DO REGO BARROS E
OUTRO(S) - PE014820
SOC. de ADV. : **PIRES E GONCALVES ADVOGADOS ASSOCIADOS**
AGRAVADO : **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A**
ADVOGADOS : **FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO - SP034248**
KATIA REGINA BLASQUES - SP212182
MILENA PIRÁGINE - SP178962

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO COM MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não merece ser conhecido em virtude da ausência de impugnação aos fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, o recurso especial foi inadmitido em razão de não ter sido demonstrada a alegada violação aos dispositivos tidos por violados, bem como pela incidência da Súmula 07/STJ, pois ao decidir da maneira impugnada o Tribunal o fez com base no acervo fático-probatório dos autos.

Por sua vez, nas razões do agravo (e-STJ, fls. 235-244), a agravante não demonstrou a inadequação de todos os fundamentos da decisão agravada.

Em que pese haver impugnado o óbice da ausência de violação dos

dispositivos arrolados em sua peça recursal, subsiste, à espécie, a incidência da Súmula 07/STJ, óbice não atacado pela recorrente e suficiente, por si só, à manutenção do *decisum*.

Saliente-se, nesse passo, que alegações genéricas são insuficientes para a efetiva impugnação da decisão que inadmitiu o recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015 (ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CPC/1973).

1. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (arts. 932, III, do CPC/2015 e 544, § 4º, inciso I, do CPC/1973).

2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 906.849/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 16/09/2016) - g.n.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC. 2. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Cabe ao agravante, nas razões do agravo, trazer argumentos suficientes para contestar a decisão de inadmissibilidade do recurso especial proferida pelo Tribunal de origem. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão agravada enseja o não conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, do CPC.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 821.544/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 06/06/2016) - g.n.

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciado administrativo n. 7/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao que dispõe o artigo 85, § 11, do Novo Código.

No caso dos autos, a verba honorária foi fixada pelo Tribunal de origem no patamar de 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa (e-STJ fl. 199). Destarte, a majoração dos honorários sucumbenciais para 17% (dezesete por cento) sobre o valor da condenação é medida adequada ao caso.

Ante o exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios para 17% (dezesete por cento) sobre o valor da condenação, ressalvada a concessão do benefício da gratuidade da justiça.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa (arts. 77, II c/c 1.021, § 4º, do CPC/15).

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator